



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000599307

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1002674-57.2024.8.26.0368, da Comarca de Monte Alto, em que é apelante -----, é apelada -----.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 4ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS CASTILHO AGUIAR FRANÇA (Presidente sem voto), ENIO ZULIANI E MARCIA DALLA DÉA BARONE.

São Paulo, 13 de junho de 2025.

FATIMA CRISTINA RUPPERT MAZZO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 12.161

Apelação Cível: 1002674-57.2024.8.26.0368

Apelante : -----

Apelada : -----

Origem: 1ª Vara - Foro de Monte Alto

Juiz sentenciante: Dr(a). Gilson Miguel Gomes da Silva

EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, CONCORRÊNCIA DESLEAL E LUCROS CESSANTES. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em Exame 1. A autora,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

empresária e influenciadora digital, alegou que a ré publicou conteúdo em rede social que prejudicou sua reputação, solicitando indenização por danos morais, concorrência desleal e lucros cessantes. A sentença de primeira instância julgou improcedente a ação, reconhecendo a ausência de identificação clara da autora na publicação e a falta de intenção de causar prejuízo. II. Questão em Discussão 2. A questão em discussão consiste em verificar se a publicação da ré causou exposição indevida à autora, resultando em danos morais, configurou prática de concorrência desleal, teve intenção de desviar clientela e lucros cessantes. III. Razões de Decidir 3. As partes são influenciadoras digitais que utilizam redes sociais para divulgar conteúdos de seus cursos. A ré realizou a postagem sem identificar nominalmente a autora, e a imagem estava desfocada, impossibilitando a identificação. 4. Não há identificação clara da autora ou referência nominal a ela, afastando a intenção de prejudicar ou caracterizar concorrência desleal. IV. Dispositivo e Tese 5. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. Ausência de identificação clara da autora na publicação afasta a intenção de exposição e prejuízo. 2. Não há concorrência desleal ou desvio de clientela demonstrado. Legislação Citada: Código de Processo Civil, art. 85, § 11.

Jurisprudência Citada: TJSP, Apelação Cível 101341195.2019.8.26.0562, Rel..C.Mathias Coltro, 5ª Câmara de Direito Privado, j. 19/03/2021. TJSP, Apelação Cível 1001060-43.2019.8.26.0222, Rel. Augusto Rezende, 1ª Câmara de Direito Privado, j. 12/12/2022.

Vistos.

2

Trata-se de apelação interposta por ----- contra a sentença de improcedência proferida em Ação de Obrigação de Fazer c.c. Indenização por Danos Morais, Concorrência Desleal e lucros cessantes que move em face de -----.

A autora narra em sua petição inicial (fls. 01/45) que é empresária e influenciadora digital, com atuação na área de marketing digital e conta com 131 mil seguidores no Instagram, onde divulga conteúdos voltado às alternativas de empreendedorismo pelo mercado digital. Em 02/06/2024 identificou que a ré publicou em seu perfil @----- conteúdo que a expôs negativamente, visando prejudicar sua reputação no mercado digital com os dizeres “cuidado com anúncios mentirosos que você vê por aí” e em seguida divulga uma postagem da autora que informa ter faturado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

valores significativos em um ano como afiliada da plataforma de vendas da SHOPEE” e diz “isso não é resultado da shopee”. Referida publicação inclui um título informando “não sei como essas pessoas conseguem dormir à noite engan@ndo tanta gente”. O link já foi excluído mas durante o período em que ficou ativo obteve 275 curtidas e inúmeros comentários negativos de seus seguidores. Informa que sua estratégia de *marketing* não é demonstrar vendas da Shopee, mas sim os faturamentos que obteve como afiliada do curso que ensina métodos para viabilizar essas vendas, direcionando o público a um *link* de acesso que oferece informações mais detalhadas a respeito do anúncio. Não há intenção de enganar ninguém e esse método é utilizado por outros anunciantes de cursos desse tipo. Sustentou violação ao seu direito de imagem, concorrência desleal, danos morais e requereu a condenação da ré na obrigação de fazer para excluir todo e qualquer comentário que aborde o nome ou imagem da autora, direta ou indiretamente, se retrate publicamente em seu perfil no Instagram, condenar a ré no pagamento de indenização por concorrência desleal e desvio de clientela no valor mínimo de R\$ 30.000,00, condenar a ré em indenização por danos morais em R\$ 20.000,00 e lucros cessantes em R\$ 10.000,00.

A ré apresentou contestação nas fls. 118/130. Informa que no dia 02/06/2024 no exercício de seu direito à livre manifestação, fez postagem em sua rede social, com intuito informativo e educativo, para alertar suas seguidoras sobre a

3

existência de propagandas enganosas, mas que a crítica não foi endereçada a nenhuma pessoa específica, apenas explicou que há publicidades que poderiam ser enganosas porque o resultado não era da Shopee e sim da plataforma Eduzz. Não identificou a autora na sua postagem e exerceu seu direito constitucional a livre manifestação do pensamento. Dessa forma não há concorrência desleal e tampouco difamação ou desvio de clientela. Não houve também dano à imagem uma vez que além de não identificar a autora na postagem, a única foto no “post” é de baixíssima qualidade, impossibilitando a identificação da pessoa na imagem.

A autora se manifestou em réplica nas fls. 140/155.

Instadas a manifestar sobre produção de provas, as partes requereram o julgamento antecipado da lide (fls. 160 e 161).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sobreveio a sentença de fls. 162/166 que julgou improcedente a ação ao reconhecer a ausência de identificação correta da autora na publicação bem como que não houve intuito de prejudicá-la ou mesmo de exercer concorrência desleal ou desvio de clientela. Condenou a autora nas custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da causa.

Irresignada, apela a autora (fls. 169/201) alegando que a sentença deve ser reformada pois (i) não há propaganda enganosa no anúncio e sim pretexto para depreciar a imagem da autora que é sua concorrente e que há distorção na estratégia adotada pela ré, (ii) há violação aos direitos de imagem com nítido intuito de difamação; bem como (iii) restou comprovada a concorrência desleal e a existência de lucros cessantes passíveis de indenização.

Processado o recurso com as contrarrazões (fls. 206/216) subiram os autos.

Não há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório.

De antemão, observo que o presente recurso preenche os requisitos

4

processuais correlatos, razão pela qual entendo ser caso de seu conhecimento.

A matéria devolvida a este Tribunal cinge-se a verificar se a publicação da ré atingiu a autora e seu negócio digital, causando-lhe exposição indevida, danos morais, configurou a prática de concorrência desleal e teve intenção de desvio de clientela, sendo cabível a condenação em lucros cessantes.

O recurso não merece provimento.

De fato, é dos autos que as partes são empresárias e influenciadoras digitais que se utilizam de suas páginas nas redes sociais para divulgar conteúdos e cursos que ministram para realização de vendas como afiliadas da Shopee.

A ré não negou que realizou a postagem em que demonstra a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

estratégia de *marketing* que exhibe resultados de vendas da Shoppe, quando na verdade o faturamento é obtido por outra plataforma a Eduzz e para isso utilizou-se de publicação da autora, porém o fez sem identificar nominalmente a pessoa e ainda com imagem desfocada e que não permite a correta identificação da página da autora.

De fato, no *link* disponibilizado, não há como se identificar de forma segura que se trata de foto da autora, pois a imagem está desfocada e borrada, não há identificação nome, ou qualquer referência nominal à autora.

A publicação anuncia “cuidado com anúncios mentirosos que você vê por aí” e “isso não é resultado a Shopee!” (fls. 05/06).

Ainda que a publicação contenha crítica, não há identificação clara da autora ou qualquer referência nominal a ela. Se houve alguma identificação entre os seguidores, com comentários, em nenhum deles há também indicação pessoal a autora (fls. 183).

Os comentários ali inseridos demonstram que, ainda que alguém tenha identificado a página porque “esse anúncio já apareceu para mim ...” ainda assim não especificou quem ou declinou nome ou qualquer outro identificador

5

pessoal.

Com relação aos danos morais, a Constituição Federal, no art. 5º, inciso X, afirma que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assim, sendo constatada a violação de algum desses direitos é assegurada ao ofendido a reparação do dano material ou moral decorrente da sua violação, o que constitui ofensa ao direito da personalidade.

Sobre o tema, ensina José Afonso da Silva “a Constituição foi explícita em assegurar, ao lesado, direito a indenização por dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, em suma, do direito à privacidade” (JOSÉ AFONSO DA SILVA, Curso de Direito Constitucional Positivo, 5a Edição, pág. 187).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Logo, a configuração do dever de indenizar depende dos seguintes pressupostos: da ação ou omissão, da culpa do agente, do dano e do nexo de causalidade. A ação ou omissão é o ato praticado em desacordo com a norma jurídica, violando direitos de outrem de forma a causar-lhe danos materiais ou morais.

A culpa do agente é a infração a um dever de conduta que leva em conta os padrões médios de comportamento. O ato ilícito, enfim, deve conduzir ao resultado danoso para que se materialize o indispensável nexo de causalidade e o consequente dever de indenizar.

Nesse sentido, ensina Carlos Roberto Gonçalves que a responsabilidade traz a necessidade do exame positivo da presença de quatro elementos essenciais: *“ação ou omissão, culpa ou dolo do agente, relação de causalidade, e o dano experimentado pela vítima”* (Carlos Roberto Gonçalves, Responsabilidade civil, 8ª ed., SP: Saraiva, 2003, p. 31).

Depreende-se do art. 186 do Código Civil que o ato ilícito ocorre quando violado o direito de outrem, ainda que exclusivamente moral, por ação ou omissão, negligência ou imprudência.

6

Entretanto, restou claro com as provas trazidas aos autos que não houve exposição indevida da autora, pois ela sequer pode ser identificada na publicação realizada, tratando-se apenas de um alerta sobre anúncios que não correspondem à realidade, pois sob a ótica da ré o faturamento anunciado veio da Eduzz e não da Shopee como levava a crer.

No caso, a conduta da ré ao realizar a publicação esclarecendo a forma de obtenção do faturamento e alertando não ser aquela anunciada, sem mostrar a imagem nítida da autora ou indicar seu nome ou qualificação, não ofendeu os direitos da personalidade da autora a ensejar danos morais passíveis de indenização.

Assim, em que pese ter a autora se auto identificado, a ré ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

veicular a publicação cuidou de não apontar a autora especificamente, o que por si só afasta a intenção de exposição, de prejudicar a autora ou atingir-lhe a honra e tampouco caracteriza concorrência desleal.

Vejamos a jurisprudência nesse sentido:

Indenização por Danos Morais – Parcial Procedência – Postagem realizada na rede social "Facebook", acompanhada de uma fotografia de dois rapazes, noticiando a ocorrência de crimes na região, supostamente praticados por eles – Autor que afirma ser um dos rapazes – **Impossibilidade de identificação, ante a má qualidade da imagem – "Post" que não traz seu nome – Ausência de nexo causal a ensejar o direito à indenização pretendida – Improcedência decretada** – Inversão do ônus da sucumbência – Recurso principal provido e prejudicado o adesivo (TJSP; Apelação Cível 1013411-95.2019.8.26.0562; Relator (a): A.C.Mathias Coltro; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santos - 8ª Vara Cível; Data do

Julgamento: 19/03/2021; Data de Registro: 22/03/2021)

7

grifei

Indenizatória – Direito de imagem – Utilização de fotografia de menor em site de divulgação de imóveis a serem alienados mediante leilão extrajudicial – **Ausência de nitidez da imagem, a tornar impossível a identificação da pessoa retratada** – Ação julgada improcedente – Sentença mantida – Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1001060-43.2019.8.26.0222; Relator (a): Augusto Rezende; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guariba - 1ª Vara Judicial; Data do Julgamento: 12/12/2022;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de Registro: 12/12/2022)

E ainda que assim não fosse, a autora mesmo admitiu que utilizou-se de estratégia de *marketing* para atrair seus clientes utilizando de imagem que não correspondem à realidade de suas vendas, pois anunciou vendas da Shopee quando na verdade são pela Eduzz.

Assim, não há que se falar em dano moral e tampouco em concorrência desleal ou desvio de clientela.

Por fim não restou demonstrado que referido incidente causou prejuízos à autora a justificar o pedido de lucros cessantes, ainda que de forma estimada.

A improcedência da ação é mesmo de rigor, merecendo a sentença ser confirmada pelos próprios fundamentos.

Por derradeiro, considerando a existência de precedentes das Cortes Superiores que vêm apontando a necessidade do prequestionamento explícito dos dispositivos legais ou constitucionais supostamente violados, a fim de se evitar eventuais embargos de declaração apenas para tal finalidade, por falta de sua expressa remissão no acórdão, ainda que examinados implicitamente, dou por

8

prequestionados os dispositivos legais e/ou constitucionais suscitados pelas partes.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso da autora, mantendo-se a sentença tal como lançada.

Por consequência, majoro os honorários sucumbenciais para 15% do valor da causa, em atenção ao que dispõe o art. 85, § 11 do Código de Processo Civil, observada a gratuidade processual.

É o voto.

FATIMA CRISTINA RUPPERT MAZZO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Relatora